

ACÇÕES E INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, A TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR: ARQUITETURA DA MADEIRA CASCAVELENSE E O CASO DO MOINHO COLOGNESE EM ILÓPOLIS/RS.

DALMINA JÚNIOR, Moacir José¹
JORGE FILHO, Heitor Othelo²

RESUMO

O presente ensaio visa investigar a construção de territórios culturais a partir da materialização física de objetos responsáveis por fornecer a âncora que enraíza o indivíduo em seu lugar social. As relações de identidade surgidas entre o indivíduo e o meio no qual atua é o que reforça a necessidade de se preservar a paisagem urbana. Como objeto de estudo foi avaliado a lei de transferência do direito de construir como instrumento de preservação da arquitetura da madeira, corrente arquitetônica que caracteriza a identidade arquitetônica paranaense. Por isso ao contrario do município de Cascavel/PR onde não vemos ações de preservação do patrimônio histórico, buscou-se como estudo de caso avaliar as relações identitárias que perpassam o processo de definição do território a partir da inserção dos moinhos considerados patrimônio histórico e cultural do sul do país, o Moinho Colongnese atual Museu do Pão em Ilópolis/RS que cumpre seu papel social e cultural quando materializa a história e define o território de uma região marcada pela presença dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Com isso fica a dúvida será que conseguiremos preservar nossa paisagem urbana, (*arquitetura da madeira*) ou acontecerá como no passado uma busca demasiada por progresso e lucro.

PALAVRAS-CHAVE: direito de construir, identidade, patrimônio histórico e cultural.

SHARES AND PUBLIC POLICY INSTRUMENT FOR PRESERVATION OF HERITAGE, THE TRANSFER OF RIGHT TO BUILD: CASCAVEL ARCHITECTURE AND WOOD CASE REEL IN COLOGNESE ILÓPOLIS / RS.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the construction of cultural territories from the physical materialization of objects responsible for providing the anchor that roots the individual in their social place. The identity relations arising between the individual and the environment in which it operates is what reinforces the need to preserve the urban landscape. As the object of study was evaluated the law to transfer the right to build as a tool to preserve the architecture of wood, an architectural identity that characterizes the unique architect Paraná. So unlike the city of Cascavel / PR where we see the actions of historic preservation, we sought as a case study to evaluate the identity relations that underlie the process of defining the territory from the insertion of the mills considered historical and cultural heritage the south of the country, the current Colongnese Mill Bread Museum in Ilópolis / RS that fulfills its social and cultural history and materializes when defining the territory of a region marked by the presence of Italian immigrants in Rio Grande do Sul With this is doubt it will be able to preserve our urban landscape, architecture (wood) in the past or will happen as a search too much for progress and profit.

KEYWORDS: right to build, identity, history and cultural heritage.

INTRODUÇÃO

Os Patrimônios históricos surgem como elementos centrais da paisagem urbana, pois através deles podemos analisar a Cidade cabe destacar ainda, a relevância dos aspectos sociais e culturais, da escala da intervenção, da problemática que envolve as produções arquitetônicas contemporâneas no espaço urbano já consolidado, das relações de identidade territorial, da falta de políticas públicas de viabilização das ações para a conservação e valorização da paisagem urbana, essas reflexões nos levam a observar a importância de criarmos políticas públicas de sustentabilidade cultural e econômica que venham conservar os patrimônios históricos e a paisagem urbana de nossas cidades. E conscientizar os gestores, atores e a sociedade em geral com o cuidado das ações urbanísticas e qual o significado cultural dessas intervenções. Pretende-se também levantar a importância de utilizar instrumentos que venham preservar esses objetos que os tornem sustentáveis tanto culturalmente como economicamente, para que haja possibilidade de, em caso de tombamento, o proprietário do imóvel transferir seu direito de construir a outro imóvel, edificando acima do coeficiente básico de construção daquela região, sem a necessidade de pagar ao Poder Público.

A TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O direito de construir deve estar de acordo com o coeficiente de aproveitamento estabelecido no plano diretor, se o empreendedor necessite realizar uma construção acima do coeficiente de aproveitamento definido para aquele local,

¹Arquiteto e Urbanista, Professor Especialista da Faculdade Assis Gurgacz - FAG, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Cascavel – PR, moa.dalmina@gmail.com

²Arquiteto e Urbanista, Professor Mestre da Faculdade Assis Gurgacz – FAG, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Cascavel – PR, heitorjorge@fag.edu.br, heitorjorge@hotmail.com

será necessário que o proprietário realize uma ação a favor do poder público, em benefício da sociedade. Nem tanto o direito de construir poderá ser transferido para outro terreno negociado pelo proprietário, havendo a possibilidade de conceber o direito de construir em outro local com a alienação onerosa.

Essa ação vem beneficiar os empreendedores que dispõe de áreas que são limitadas de coeficientes de aproveitamento, e de contra partida preservariam os elementos arquitetônicos e paisagísticos que compõem a paisagem urbana patrimonial de nossas cidades. Que segundo Marins:

Proprietários de terrenos inseridos em áreas de proteção ambiental, assim como os titulares do domínio de bens tombados, ao invés de se desinteressarem pela sorte desse precioso patrimônio natural ou cultural, ou promoverem desmatamentos, qualquer outro tipo de degradação ou destruição, poderão tirar proveito econômico do seu bem se o mantiverem com as características ambientais originárias, pois a preservação de áreas ou imóveis dessa natureza é uma das razões de ser do instituto da transferência do direito de construir. (Marins 2004).

Com isso o poder público tem a possibilidade de dar direito ao empreendedor imobiliário a utilizar o coeficiente através de escritura pública em outro local quando julgar necessário a conservação de elementos que compõem a paisagem urbana e patrimonial do município, essa ação poderá ser solicitada pelo município como pelo proprietário que dela queira utilizar. Essa ação poderá permitir que os patrimônios históricos e culturais sejam preservados e ao mesmo tempo o proprietário seja recompensado, podendo utilizar o benefício em outro imóvel, ou vender a diferença da área construída do imóvel assim o preservado, definida pelo coeficiente de aproveitamento. Como nas palavras de Santin e Marangon:

Assim, o proprietário impedido de exercer seu direito no próprio imóvel, poderá construir em outro local, podendo os empreendedores imobiliários adquirir o direito de construir de proprietários que não possuam ou não queiram exercer o direito defluente de lei 12. Inaugura-se uma nova moeda de circulação no mercado e com valor econômico: o direito de construir. (Santin e Marangon 2008).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES

A preocupação em manter vivos objetos culturais que materializam a história de grupos sociais e reforçam seus laços territoriais. Visa-se investigar a construção de territórios culturais a partir da materialização física de objetos responsáveis por fornecer a âncora que enraíza o indivíduo em seu lugar social. As relações de identidade surgidas entre o indivíduo e o meio no qual atua é o que reforça a necessidade de se preservar os patrimônios históricos e culturais. No período atual onde o espaço gerado através de um planejamento, seja de uma obra arquitetônica, seja do espaço urbano como um todo muitas vezes é tratado por alguns profissionais com descaso quando ignora sua dimensão cultural e social. O espaço vivido pelos cidadãos é rico em experiências que refletem sua história e sua cultura local, assim as relações de identidade, os laços que unem o indivíduo e seu espaço criando o que Costa (2007) denomina de territórios simbólicos, necessitam uma atenção especial quando este se torna um objeto de intervenção.

A complexidade dos processos de construção de territorialidades e a aparente fragilidade do espaço urbano, campo estudado tanto na arquitetura como nas áreas da sociologia, psicologia social e filosofia, necessita de uma visão holística para que se tenha uma compreensão de suas diversas dimensões. A integração do espaço territorial urbano em suas dimensões – física, social, cultural e econômica – enriquece a parceria entre as ciências na construção de uma abordagem que consiga unir o pensamento de áreas distintas que possuem um único objetivo que é o respeito ao espaço de todos na construção da cidadania.

No atual estado das sociedades onde os processos de globalização acabam por generalizar processos sociais e desenvolver o que Hall (2005) denomina de “perda do sentido de si” é premente que se busque aliar o desenvolvimento global a partir da valorização local. Reforça-se a importância da discussão holística, para que os profissionais envolvidos com as questões urbanas, dentre eles os arquitetos, sociólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores, engenheiros, dentre outros, acabem por ir além dos limites técnicos específicos da sua área de atuação. Neste sentido alguns conceitos tornam-se importantes quando se trata da organização do espaço. Conceitos que perpassam tanto os estudos geográficos e sociais como a teoria e história da arquitetura. Estes constituem-se nas premissas básicas a serem analisadas anteriormente à uma proposta de intervenção num espaço marcado por relações sociais. Estes conceitos perpassam as análises: do estudo da paisagem, do lugar, território, ambiente, o patrimônio edificado como manifestação cultural, a relevância dos aspectos sociais e culturais, a escala da intervenção e assim por diante. A problemática que envolve as produções arquitetônicas contemporâneas no espaço urbano já consolidado e as relações de identidade territorial que permeiam estas ações passa a constituir o objeto de investigação desta pesquisa

O atual descaso com a paisagem urbana e com as premissas citadas anteriormente é o que reflete a crise de identidade e de valores dos indivíduos com o espaço que ocupam. Os atributos arquitetônicos definidos pela forma, estética e técnica devem se submeter às questões maiores advindas das relações dos indivíduos com seu lugar na busca pela preservação dos espaços geradores de processos identitários. Neste contexto Santos (2005) declara a complexidade

de se trabalhar com as questões de territorialidades e identidades, para o autor: “o mundo... é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares (...) É o lugar que oferece o movimento do mundo. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtudes do lugar”. Por isso a importância do arquiteto saber ler e interpretar as virtudes do lugar, para gerar oportunidades, possibilidades, a serem utilizadas pelo usuário e para que este usufrua o seu entorno para conformar (dar forma) assim a um espaço vivido preenchido por significados.

Segundo Blanco (2004) “outro aspecto a ser lembrado é que o espaço trabalhado pelo arquiteto não é só geográfico, o espaço micro formado dentro de um objeto de escala reduzida entre eles, de uma casa, de um terreno, a partir de uma certa escala este espaço começa a ser apropriado como objeto de estudo pela geografia.”, ou seja, a ampliação do espaço urbano necessita de diversos olhares para que se possa compreender sua magnitude e a partir de então poder intervir com qualidade sem que se corra o risco de perda de valores e significados já fixados pelo grupo social no seu território simbólico.

Podemos observar que tanto a Arquitetura e Urbanismo como a Geografia e a Ciências Sociais, possuem o mesmo objeto de estudo, trabalhando para ter uma melhor organização do espaço no âmbito geográfico (gerador de espacialidades) que passam a afetar o cotidiano urbano e, conseqüentemente, as relações sociais presentes neste processo. O arquiteto responsável por aplicar mudanças no meio físico das cidades, por eventuais mudanças que possam interferir diretamente no cotidiano e no modo de viver das pessoas, nas palavras de Lerner (2005) realiza nas cidades uma “acupuntura urbana” que pode ser uma pequena interferência como a revitalização de uma fachada, ou uma grande intervenção como a revitalização de uma área verde degradada transformando-a em um parque urbano. Por isso esse profissional deve estar preparado para realizar da melhor forma possível essas intervenções, para que os usuários possam realizar conforme o autor “uma gentileza urbana”, para que preservem o existente e criem um caráter de identidade e adotem as alterações e ampliações realizadas, para criar assim uma visão coletiva das cidades, fazendo com que o usuário se sinta inserido neste organismo vivo denominado de meio urbano.

Então o arquiteto precisa ter uma leitura da cidade, ver suas representações o que chamamos de realidade, interpretar informações ocultas, para atuar no cenário urbano gerado por uma paisagem que possui uma significação particular. Este significado se obtém a partir de práticas sociais que inserem valores aos espaços urbanos tornando-os lugares sociais. No caso de Sítios Urbanos Históricos que possuem uma carga maior de significados pelo próprio peso de sua história e que constituem uma Paisagem Cultural consolidada estes aspectos ficam ainda mais ressaltados. É neste sentido que se reforça a necessidade de uma compreensão maior da Paisagem Cultural que segundo o clássico pensamento de Sauer (CORREA ano1998, p. 59) é modelada por um grupo social a partir de uma paisagem natural. Para o autor a cultura passa a ser o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural o resultado final. Portanto, a paisagem em si trata de formas ao mesmo tempo físicas e culturais. E toda ação na paisagem gera uma materialidade que proporciona referências dentro do ambiente urbano. O patrimônio histórico e cultural é um destes objetos físicos que, por meio de sua materialidade, geram referenciais identitários para os grupos sociais inseridos nesta paisagem. Conforme Feiber (2008) a identidade é um processo em contínuo desenvolvimento, porém a presença dos patrimônios históricos exerce uma âncora nos processos identitários o que reforça a importância de sua preservação para as gerações futuras. É o fio condutor da história onde por meio de sua materialidade ofertam um sentimento de pertencimento aos indivíduos diante do lugar em que vivem. A formação da paisagem urbana, portanto é um processo lento, uma construção cotidiana e que possui vários autores no decorrer do tempo. Este intenso processo de modelagem, tanto física como cultural, é o que se pretende investigar diante dos processos identitários que permeiam as ações de revitalização urbana.

Os processos atuais de Revitalização Urbana possuem o objetivo maior de promoção urbana e territorial. Conforme Aguiar (2003) é entendida sobre tudo como uma estratégia e um processo, distinguindo-se da generalidade dos programas urbanísticos, de um modo geral sem transversalidade e integração nas suas linhas de atuação. A cultura arquitetônica atual, segundo o autor, preocupa-se pouco com a conservação, antes privilegia o “fazer patrimônio de hoje”. Assim diante dos atuais processos de globalização as intervenções arquitetônicas atuam diretamente nos patrimônios arquitetônicos sem que se tenha um critério maior diante da manutenção de sentimentos de identidade local.

Aguiar (2003) relata que “depois de décadas de quase ódio ao histórico, de um ensino que afastava decisivamente os estudantes de arquitetura de qualquer interesse patrimonial, as intervenções sobre edifícios ou conjuntos históricos tornaram-se um enorme objeto do desejo (e da oportunidade) de projeto para os arquitetos.” Segundo o autor funda-se uma prática projetual que faz a opção, sobretudo pela transformação baseada em expectativas de reutilização de acordo com objetivos econômicos e de mercado “muitas vezes eminentemente especulativo” e das vontades políticas demasiadamente apressadas.

A ARQUITETURA VENACULAR (MADEIRA), NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL PARANAENSE

Os pioneiros da região oeste do estado começaram a chegar a partir da década de 30 e 40 milhares de sulistas, na sua maioria descendentes de europeus, que tiveram como sua base econômica a exploração da madeira, agricultura e a criação de suínos, a cidade de Cascavel torna-se distrito no ano de 1938 e se emancipou em 14 de dezembro de 1952. (DIAS et al, 2005, p61).

A ocupação do solo pela população no início da formação do município ocorreu basicamente as margens da antiga estrada que ligava o litoral a cidade de Foz do Iguaçu, o adensamento ocorreu no seu principio de forma retilínea as margens da estrada, “que refletiu nas áreas de maior valorização e concentração populacional, marcada hoje pela atual avenida Brasil”. (DIAS et al, 2005, p62). Segundo o mesmo autor a cidade de Foz do Iguaçu cedeu uma área de 500 hectares para que fosse formada a cidade de Cascavel. Em 1959 a então área destinada à Cascavel foi re-dividida através da lei municipal nº90/59 de 03/11/1959, área essa que abrange da Rua 7 de setembro até a Rua Presidente Juscelino Kubitschek no sentido leste/oeste, e a Rua Manaus à Rua Cuiabá no sentido norte/sul. Posteriormente foi realizado um novo estudo de loteamento denominado de “Patrimônio Novo” (DIAS et al, 2005, p63), que abrange da Rua Sete de setembro sentido leste até a Rua José Bonifácio no bairro São Cristovão, que foi aprovada pela lei municipal nº 251/63, sendo então dada à configuração territorial da área central do município de Cascavel.

Segundo Dalmina e Feiber (2010), no estado do Paraná a arquitetura em madeira nasce da técnica construtiva denominada de tábua e mata-junta. Reflexo de um período onde pioneiros recém chegados, principalmente da Europa e do sul do país, passam a construir suas moradas e locais de prática religiosa em madeira devido à abundância deste material nesta região do Brasil.

A presença desta representação do passado e de nossa história através da arquitetura da madeira nos traduz em comportamentos e sentimentos particulares capaz de guardar em nossa identidade a caracterização de lugar, segundo, ao se resgatar esta memória numa ação subjetiva a obra parece se perpetuar no tempo. Representa nesta visão particular um espaço vivido longínquo que transborda valores sociais que atualmente se encontram perdidos (DALMINA e FEIBER, 2010).

Atualmente observamos uma descaracterização da população pela arquitetura venacular com sotaque paranaense, “expulsa do centro urbano, a casa paranaense de madeira passou a identificar-se muito com o rural, condição que até pouco atrás era tomada como sinônimo de pobreza, inclusive cultural” (Larocca, 2008, p133).

Este é o risco atual que esta arquitetura, raiz identitária paranaense está correndo, pois ao não justificar sua presença como elemento utilitário acaba por não gerar interesse em sua preservação para apreciação das futuras gerações. Assim o fio condutor da história se romperá, rompendo também os laços identitários que fornecem a âncora para a fixação dos indivíduos pós-modernos numa estrutura social e espacial estabilizada.

Atualmente vivemos um novo período na transformação da paisagem da cidade com a verticalização dos edifícios e consolidação de uma nova linguagem arquitetônica, por isso devemos pensar será que temos uma identidade arquitetônica, seremos capazes de preservá-la, ou acontecerá como no passado, busca apenas pelo progresso e interesses econômicos, como poderemos realizar ações que venham dar esses patrimônios reconhecimento perante a população local para que possamos ter no futuro a configuração de um centro histórico nas cidades do interior do estado fruto da arquitetura da madeira do início das décadas de 50 e 60.

MOINHO COLOGNESE EM ILÓPLOIS/RS

Figura 01: Moinho Colongnese em anexo Museu do Pão.



Fonte: FERRAZ, 2008

Em contraponto ao município de Cascavel onde não existe ações políticas de conservação do patrimônio histórico e cultural, existe o caso do Moinho Colongnese, estas propostas podemos observar intervenções de caráter consciente de seu papel social e de respeito à paisagem e cultura local. O Museu do Pão (figura 01) bem como a revitalização e restauração do moinho Colongnese estão localizados na cidade de Ilópolis no estado do Rio Grande do Sul em uma região colonizada por imigrantes italianos denominada de Alto Taquari. A presença destes moinhos declara a intervenção humana num espaço geográfico onde as relações de trocas cotidianas promoveram a demarcação de um espaço territorial definido pela presença de 13 moinhos colonial resultados da ação destes atores enquanto imigrantes.

Este processo migratório materializou a aplicação de técnicas construtivas definidas como arquitetura vernacular. Esta é a arquitetura que nasce da bagagem cultural de seus idealizadores a partir do material presente na região, a partir de então os atores passam a intervir e a alterar a paisagem local. O restauro e revitalização do moinho Colongnese foi realizado com total respeito a memória e autenticidade destas edificações. Esta ação vem ao encontro do pensamento de Feiber (2008) quando a autora declara a importância de se preservar os patrimônios históricos, segundo ela “são eles um dos responsáveis pela fixação do indivíduo a uma sociedade, fazendo-o parte integrante da história e da construção do seu Lugar social”. A construção do Museu do Pão em anexo ao moinho é, portanto um exemplo de que o novo e o antigo podem interagir na paisagem urbana, porque a presença do novo quando respeita e valoriza a identidade do antigo, ele próprio passa a dar continuidade a este processo identitário. Então, podemos afirmar que a cidade - livro de pedra da humanidade - é denominada assim porque é nela, onde por meio da ação humana, se insere os objetos físicos que delimitam territorialidades através de relações de poder e revelam tanto seu passado e sua história como as pretensões de um futuro. A cidade é o principal símbolo de uma sociedade é ela que marca a paisagem e define a organização dos espaços. O conceito de paisagem, já exposto por meio do pensamento clássico de Carl Sauer, é reafirmado mais uma vez quando se define como:

[...] configuração de símbolos e signos leva a metodologias mais interpretativas do que morfológicas. Entre as metodologias interpretativas mais favorecidas estão aquelas das lingüísticas da semiótica, associadas aos avanços pós-guerra. A linha interpretativa dentro da geografia cultural recentemente desenvolve a metáfora da paisagem como texto, a ser lido e interpretado como documento social. (COSGROVE; JAKSON, 2000 p. 19)

Por isso necessitamos interpretar esse documento social, para que se possa valorizar e assim conservar o patrimônio histórico e cultural. A realização de alterações na organização espacial se configura entre processos sociais marcados por relações de poder e acatam, muitas vezes, a determinação de grupos específicos que detém a força local. Atender os anseios da sociedade local é uma busca constante dos que se propõem a trabalhar coma as questões sociais, culturais e de definição de territórios locais. No atual estágio das sociedades, onde os processos de globalização generalizam processos sociais e desenvolvem o que Hall (2005, p.09) denomina de “perda do sentido de si”, é premente que se busque aliar o desenvolvimento global a partir da valorização local. Assim, reforça-se a importância da discussão holística, para que os profissionais envolvidos com as questões urbanas ultrapassem os limites técnicos específicos da sua área de atuação.

Neste sentido, alguns conceitos tornam-se importantes na preservação da paisagem urbana, os quais perpassam tanto os estudos geográficos e sociais como a teoria e história da arquitetura, constituindo as premissas básicas a serem analisadas anteriormente a uma proposta de intervenção numa paisagem marcada por relações sociais.

A compreensão do que Costa (2007, p. 35) denomina de território simbólico conceituado como “... um espaço de referência para a construção de identidades” é o fato que instiga esta pesquisa, pois a construção e valorização de identidades locais, por meio de sua paisagem cultural, estes conceitos envolvem estudos acerca da paisagem (espaço visualizado), do lugar (espaço significado), do ambiente (espaço vivido) e do patrimônio edificado como manifestação cultural (espaço apropriado).

Entende-se, portanto, que os gestores urbanos precisam ler a cidade, ver suas representações interpretar informações ocultas, para atuar no cenário urbano gerado por uma paisagem que possui uma significação particular. Este significado se obtém a partir de práticas sociais que inserem valores aos espaços urbanos tornando-os lugares sociais.

CONCLUSÕES

A importância de utilizarmos instrumentos de preservação do patrimônio histórico que compõe a paisagem urbana das cidades modernas, pois é dever do poder público resgatar e preservar o patrimônio artístico e cultural, para que possamos preservar a memória e manutenção da identidade de nosso povo.

A complexidade dos processos de construção da paisagem e a aparente fragilidade do espaço urbanizado determinam a necessidade de uma visão holística para que se tenha uma compreensão de suas diversas dimensões – territorial, social, cultural, econômica e institucional (HARDT, 2006). A integração do espaço territorial urbano nessas dimensões enriquece a parceria entre várias ciências na construção de uma abordagem para a união dos pensamentos de campos distintos do conhecimento que possuem como meta comum o respeito ao espaço de todos na construção da cidadania.

“A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais” (SANTOS, 2006, p61). Partindo desta premissa o presente trabalho procura direcionar os olhos da sociedade e dos atores sociais para a necessidade de preservar e cuidar de nossa paisagem urbana, principalmente nossos patrimônios que tem uma maior carga cultural, nossas praças, parques, elementos arquitetônicos, elementos que compõe a estruturação do meio urbano, para que possamos cultivar nossa identidade urbana.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, J. **Cor e cidade histórica**. Porto: FAUP, 2003..

BLANCO, A. L. Q. **A Contribuição da Geografia na Formação do Arquiteto e Urbanista: O Enfoque Sistêmico e a Dimensão Ambiental do Espaço**. Dissertação(mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2002.

CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998

_____. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In:CORRÊA, Roberto L.; ROZENDAHL, Zeny. (orgs). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000 .

COSTA, R. H. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DALMINA JUNIOR, M. J.; FEIBER, S. D. **Do visual ao simbólico:a cultura arquitetônica da madeira no paraná**. 19º Congresso Brasileiro de Arquitetos, Recife/ PE, 2010.

DIAS, C. S.; FEIBER, F. N.; MUKAI, H.; DIAS, S. I. S. **Cascavel: um Espaço no Tempo**. A História do planejamento Urbano. 2ª ed. Cascavel: Syntagma, 2006.

FEIBER, S. D. **O Lugar: Vivências e Significados**. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

HARDT, L. P. A.. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. G. de. (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.137-149.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LAROCCA, J. Jr.; LAROCCA, P. L.; LIMA, C. A. **Manual de Conservação e Adaptação de Casas de Madeira do Paraná**. Ponta Grossa: Editora Larocca Associados, 2008.

LERNER, J. **Acupuntura Urbana**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MARINS, V. O Estatuto da Cidade e a constitucionalização do Direito Urbanístico. *Jus navigandi*, Teresina, a. 8, n. 223, fev. 2004. Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4806>. Acesso em: 20 Dez. 2011.

SANTIN, J. R.; MARANGON, E. G. **O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir**. São Paulo, *HISTÓRIA*, 27 (2): 2008.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo, Edusp, 2005.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2006.